



COMISSÃO ESPECIAL - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
227, DE 2004

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 227, DE 2004

*Altera os arts. 37, 40, 144, 194, 195 e 201 da
Constituição Federal, para dispor sobre a
previdência social, e dá outras providências.
(Autor: Bancada do PT e outros)*

EMENDA Nº /04-CE

No art. 1º da PEC-227/04, acrescente-se os seguintes § 3º ao art. 28 e
parágrafo único ao art. 29 da Constituição, incluindo, em consequência, menção a ambos os
artigos na ementa:

"Art. 1º

‘Art. 28.

§ 3º Os subsídios do Governador não poderão ser fixados em valor
superior a setenta e cinco por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo
Tribunal Federal.’

‘Art. 29.

Parágrafo único. Os subsídios de Prefeito não poderão ser fixados em
valor superior:

I - a setenta e cinco por cento do subsídio mensal, em espécie, dos
Ministros do Supremo Tribunal Federal, nos Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

II - a cinquenta por cento do subsídio mensal, em espécie, dos
Ministros do Supremo Tribunal Federal, nos demais Municípios.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que ora apresentamos tem o propósito de estabelecer parâmetros para a fixação dos subsídios de Governadores e de Prefeitos em níveis compatíveis com a realidade econômico financeira dos entes federados por eles dirigidos. Essa medida é de extrema importância uma vez que os subsídios percebidos por aquelas autoridades servem de limite remuneratório no âmbito do Poder Executivo que chefiam. Nessas condições, a adoção de valores condizentes com as respectivas possibilidades orçamentárias é fundamental para a preservação do equilíbrio das contas públicas.

A adoção do percentual de setenta e cinco por cento sobre os subsídios de Ministro do Supremo Tribunal Federal como valor máximo para os subsídios dos Governadores guarda simetria com a proporção já adotada (art. 27, § 2º) para a fixação de subsídio dos Deputados Estaduais, em relação aos Deputados Federais. De forma similar, propomos sejam adotados como parâmetros para a fixação de subsídios dos Prefeitos, de acordo com o porte dos Municípios, os percentuais de setenta e cinco ou de cinquenta por cento dos subsídios de Ministro do Supremo Tribunal Federal, adaptando, de maneira simplificada, o escalonamento vigente para os subsídios de Vereadores, conforme o art. 29, VI, do texto constitucional.

Acreditamos que a emenda ora proposta contribuirá efetivamente para a razoabilidade das remunerações do setor público, evitando que valores dissociados das realidades locais comprometam o erário, em prejuízo do atendimento de políticas públicas prioritárias.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Arlindo Chinaglia
Líder do PT